

N.º 3652 — António Cunha Marques Figueiredo.
 N.º 4260 — José Cunha Araújo.
 N.º 4343 — Francisco Conceição Silva.
 N.º 5698 — João Filipe Ferreira Tavares.
 N.º 6980 — Manuel Vicente Ferreirinho.
 N.º 7802 — Adriano Pereira Lopes.
 N.º 9800 — João Manuel Bilro Hortinhas.
 N.º 11121 — António Francisco Barradas Murcela.
 N.º 11594 — Aníbal André Correia.
 N.º 12682 — Maria Anjos Pereira Caetano.
 N.º 13330 — Maria Hortense D. Cristóvão Lopes.
 N.º 15605 — Joaquim Silva Petiz.
 N.º 15854 — Horácio Marques Rodrigues.
 N.º 16087 — Henrique de Almeida Monteiro.
 N.º 16434 — Manuel do Nascimento Rodrigues.
 N.º 16501 — Albano Branco Martins Gigante.
 N.º 18095 — José Francisco Toureiro Rubio.
 N.º 18280 — Eduardo Pereira Sequeira.
 N.º 18972 — António Coutinho Cardoso Teixeira.
 N.º 19584 — Óscar Adelino Silva.
 N.º 19715 — Edmundo Nascimento Lopes.
 N.º 20069 — Carlos Maurício Barreira.
 N.º 24208 — Manuel Inocêncio.
 N.º 24218 — António Lopes Pereira.
 N.º 27570 — Francisco Manuel Castanho Lima.
 N.º 27941 — Francisco José Laranjo Dias.
 N.º 28294 — Luís Manuel Gloria Mateus.
 N.º 28737 — Carlos António Ambrósio Madalena.
 N.º 29219 — Joaquim Manuel Couto Fialho.
 N.º 31869 — Alcides Jorge Antunes Cardoso.
 N.º 33005 — Ana Paula Vieira Moniz.
 N.º 36521 — Carlos Manuel Silva Jesus.
 N.º 47916 — Carlos Tavares Junqueira.

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Geral, *Jorge Filipe Guerreiro Cabrita*, superintendente.

307645018

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extrato) n.º 3461/2014

Por despacho de 24 de fevereiro de 2014 do diretor nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da assistente técnica Sara Conceição Silva Baptista, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passando a integrar o mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com efeitos à data do despacho.

25 de fevereiro de 2014. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

207646947

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 3462/2014

1 — Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e nos n.ºs 2 do artigo 6.º e 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, delego na Licenciada Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, subdiretora-geral da Administração da Justiça, com possibilidade de subdelegação, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Superintender a Direção de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional (DSJCJI), a Direção de Serviços de Identificação Criminal (DSIC) e a Divisão de Apoio Geral (DAG);

b) Gerir os regimes de prestação de trabalho das unidades orgânicas referidas na alínea anterior;

c) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, noturno, em dias de descanso e em feriados dos trabalhadores das unidades orgânicas referidas na alínea a);

d) Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, dos trabalhadores das unidades orgânicas referidas na alínea a);

e) Autorizar o gozo e a acumulação de férias dos dirigentes de nível intermédio das unidades orgânicas referidas na alínea a);

f) Autorizar a realização de procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho das carreiras dos trabalhadores da DGAJ e praticar os atos subsequentes;

g) Justificar ou injustificar faltas dos dirigentes de nível intermédio das unidades orgânicas referidas na alínea a);

h) Autorizar a acumulação de atividades ou funções públicas e privadas dos funcionários de justiça e dos trabalhadores da DGAJ;

i) Qualificar como incidentes e acidente de trabalho os sofridos pelo pessoal da DGAJ e pelos funcionários de justiça e autorizar o processamento das respetivas despesas;

j) Designar licenciados em Direito para representar a Direção-Geral da Administração da Justiça em processos judiciais, de arbitragem e outros meios de resolução alternativa de litígios;

k) Representar a DGAJ na Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial;

l) Limitar o conteúdo ou recusar a emissão de certificado do registo criminal para fim não previsto na lei, se o requerente não justificar a necessidade de acesso à informação sobre identificação criminal;

m) Decidir sobre as reclamações respeitantes ao acesso à informação em matéria de identificação criminal e seu conteúdo;

n) Aprovar os planos e relatórios de atividades e assegurar a sua correta execução e avaliação;

o) Conduzir o processo de avaliação dos trabalhadores da DGAJ, sem prejuízo das competências próprias de outros órgãos, designadamente do Conselho Consultivo de Avaliação;

p) Homologar as avaliações de desempenho dos trabalhadores da DGAJ;

q) Assegurar a resposta às reclamações sobre os serviços cujo funcionamento cabe à DGAJ administrar, nos termos da lei.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados pela subdiretora-geral da Administração da Justiça, licenciada Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação, até à data da sua publicação.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207648461

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Aviso (extrato) n.º 3231/2014

Avaliação final do período experimental

Por despacho de 20 de fevereiro de 2014, do presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e nos termos dos artigos 73.º e 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que Inês Moreira Simões de Almeida concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 19,1 valores, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com esta Agência, para o desempenho de funções da carreira/categoria de técnico superior.

25 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207648364

Direção-Geral do Território

Despacho n.º 3463/2014

O cargo de diretor de serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral tem vindo a ser assegurado em regime de gestão corrente pelo anterior titular do mesmo. Considerando que o prazo para essa mesma gestão corrente se encontra ultrapassado, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 24.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, encontrando-se

a decorrer o procedimento concursal tendente ao respetivo provimento e atendendo a que o normal funcionamento da referida unidade orgânica é essencial para garantir a prossecução das atividades cometidas à Direção-Geral do Território, torna-se necessário proceder à nomeação, em regime de substituição e enquanto durar a tramitação do procedimento concursal, do mencionado cargo.

Ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da sobredita Lei n.º 2/2004, nomeio, em regime de substituição e com efeitos a partir de 4 de outubro de 2013, a técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Território, licenciada Catarina Amado da Costa Roque, para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretora de serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral.

A licenciada Catarina Amado da Costa Roque reúne os requisitos legais exigidos e possui competências adequadas ao exercício do referido cargo, conforme evidenciado na nota curricular anexa a este despacho.

13 de novembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Paulo V. D. Correia*.

Nota curricular

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Geográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1995);

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (18 de setembro a 7 de dezembro de 2006).

Atividade Profissional:

De outubro de 2012 à presente data — Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral da Direção-Geral do Território; De março de 2013 a outubro de 2012 — Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Informação Cadastral do Instituto Geográfico Português;

De abril de 2002 a março de 2003 — Diretora de Serviços do Centro para a Exploração e Gestão de Informação Geográfica do Instituto Geográfico Português;

De dezembro de 1995 a abril de 2001 — técnica superior do Centro para a Produção Cartográfica do Instituto Geográfico do Exército;

De janeiro de 2000 a abril de 2001 — Consultora técnica da empresa Certitecna — Engenheiros Consultores, S. A., no contexto da produção cartográfica.

Outras Informações:

Representante em vários grupos de trabalho interministeriais sobre a temática do cadastro e da estrutura predial.

Autora de vários artigos e comunicações no âmbito da produção cartográfica, sistemas de informação geográfica e cadastro.

Responsável, no ano letivo 2007-2008, pela cadeira “Cadastro e Ordenamento do Território” da Licenciatura de Engenharia Geográfica e do Mestrado em Engenharia Geográfica e Geo-informática — Especialização em Sistemas de Informação Geográfica ambos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Representante do Instituto Geográfico Português no âmbito da cooperação com a Unidade de Coordenação do Cadastro Predial (UC-CP) de Cabo Verde.

Prémio Descartes, Edição 1999 — Instituto de Informática — pelo trabalho “GEOCID — O Portal de Acesso à Informação Geográfica para o Cidadão”.

207649547

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 3464/2014

1 — Pelo meu despacho de 11 de dezembro de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2013, sob a epígrafe despacho n.º 709/2013, considerando as normas básicas e essenciais de boa gestão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, proferi a delegação de várias competências em dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau desta Direção Regional.

2 — O mesmo despacho foi posteriormente modificado pela declaração de retificação n.º 940/2013, de 11 de julho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 4 de setembro de 2013.

3 — Entretanto, por força do despacho n.º 16010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte C, n.º 239, de 10 de dezembro de 2013, foi nomeado, com efeitos reportados a 18 de novembro de 2013, diretor regional-adjunto de Agricultura e Pescas do Algarve o engenheiro José

Manuel Valente Graça, cessando as mesmas funções, nessa data, o técnico superior Ezequiel de Almeida Pinho.

4 — Neste contexto, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril, determino que no supra referido despacho n.º 709/2013, com a mencionada declaração de retificação, na alínea a) do seu n.º 7, onde se lê «Diretor regional-adjunto, Ezequiel de Almeida Pinho, até ao limite de € 25 000», passe a ler-se «Diretor regional-adjunto, José Manuel Valente Graça, até ao limite de € 25 000».

5 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 18 de novembro de 2013, ratificando todos os atos praticados pelo diretor regional-adjunto, nessa qualidade, subsumíveis à presente delegação, desde essa data.

10 de janeiro de 2014. — O Diretor Regional, *Fernando Severino*.
207646306

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Despacho n.º 3465/2014

1. De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo, de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Unidade Jurídica (DJU-UJRD), previsto no n.º 2 dos artigos 1.º e 2.º dos Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro

2. O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação da licenciada Sandra Maria Sousa de Almeida, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo procedimento concursal.

3. Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que a candidata proposta possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4. Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe de Unidade Jurídica, a licenciada Sandra Maria Sousa de Almeida, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5. A nota curricular da licenciada em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

03/02/2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, I.P., *Luís Souto Barreiros*.

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Sandra Maria Sousa de Almeida
Data de Nascimento: 28 de outubro de 1967
Naturalidade: Lourenço Marques

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa — concluída em 1990.

Formação Profissional:

Estágio de advocacia da Ordem dos Advogados — concluído em 1992.

Diversa formação na área jurídica e da administração pública.

Atividade Profissional:

Chefe da Unidade Jurídica do Departamento Jurídico do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) — desde 2010;

Chefe do Serviço de Devedores do Departamento Jurídico e de Devedores do IFAP, I.P. — de 2007 a 2010;

Diretora Adjunta da Direção Jurídica, Contencioso e Devedores do ex-Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), do ex-Instituto do Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do IFAP, I.P. — de 2003 a 2007;

Chefe do Serviço de Recuperações, Fraudes e Irregularidades, da Direção Jurídica do ex-INGA — de 1998 a 2003;

Nomeada consultora jurídica na carreira de consultor jurídico, do quadro de pessoal do ex-INGA, em 1998;